

# Movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna\*

*Kenneth J. Gergen*

Tradução do inglês: Ercy José Soar Filho.

RESUMO: O construcionismo social considera o discurso sobre o mundo não como um reflexo ou mapa do mundo, mas como um artefato de intercâmbio social. O construcionismo constitui num desafio significativo e compreensão convencional, como uma orientação tanto em relação ao conhecimento quanto ao caráter dos constructos psicológicos. Embora as raízes do construcionismo possam ser rastreadas nos debates de longa data entre as escolas de pensamento empirista e racionalista, o construcionismo busca ultrapassar o dualismo com o qual ambas as teorias estão comprometidas, e localizar o conhecimento no interior dos processos de intercâmbio social. Ainda que o papel da explicação psicológica se torne problemático, um construcionismo plenamente desenvolvido pode prover um meio para compreender o processo da ciência e convidar ao desenvolvimento de critérios alternativos para a avaliação da investigação psicológica. O objetivo deste artigo é traçar os contornos principais de um movimento contemporâneo de conquistas instigantes. Seria enganoso afirmar tanto que o movimento seja de origem recente quanto que seus proponentes sejam uma legião. As raízes do movimento podem ser adequadamente rastreadas no passado, e alguns podem preferir falar de uma consciência compartilhada e não de um movimento. Entretanto, no curso de sua metamorfose atual, este corpo emergente de conhecimentos apresenta implicações de substancial significado. Não apenas se abrem amplas frentes de investigação, como se proporciona nova sustentação aos fundamentos do conhecimento psicológico. Uma vez plenamente elaboradas essas implicações, torna-se evidente que o estudo dos processos sociais pode ser generalizado para a compreensão da natureza do próprio conhecimento. A psicologia social não mais se manteria, neste caso, como uma parte derivada da psicologia geral. Ao contrário, esta última passaria a ser entendida como uma forma de processo social, cujas bases e resultados devem ser elucidados pela investigação social. De forma semelhante, a investigação epistemológica, juntamente com a filosofia da ciência, daria lugar à investigação social, ou se tornaria parte dela. Essas são conjecturas ambiciosas e, como veremos, aceitá-las pode significar o abandono de muito daquilo que se considera sagrado. Não obstante, é a plausibilidade dessas conjecturas que espero demonstrar neste artigo, e simultaneamente esclarecer os contornos e as origens do movimento do construcionismo social. My hope in the present article is first to bring into focus several major assumptions undergirding our traditions of psychological science, and then ways in which postmodern critiques can bring us into a new and more positive space of understanding. After briefly reviewing several lines of defense against these developments, I shall selectively survey the landscape of emerging developments. What forms of transformation are invited by the newly emerging understandings? Here I will be especially concerned with the flowering of intellectual inquiry, the

augmentation in methods of inquiry, and the development of new forms of practice. The reader should be alerted to several themes that will pervade these discussions: At the outset I am concerned that the conception of psychological science commonly shared within the discipline is historically frozen, and is endangered by its isolation from the major intellectual and global transformations of the last half century. Second, the domain of postmodern dialogue contains very substantial and far reaching critiques of this tradition; at the same time, these critiques are not lethal to the science as we have known it. Finally, and most importantly, if we can replace a defensive posture with more productive participation in the postmodern dialogues, psychological inquiry can be transformed in ways that may profoundly enrich our endeavors.

### **A orienta o construcionista social**

A pesquisa construcionista social ocupa-se principalmente de explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, d o conta do mundo em que vivem (incluindo-se a si mesmas). Busca articular formas compartilhadas de entendimento tal como existem atualmente, como existiram em períodos históricos anteriores, e como poderão existir se a aten o criativa se dirigir neste sentido. No nível meta-teórico a maior parte desse trabalho manifesta uma ou mais das seguintes premissas.

1. Aquilo que consideramos como nossa experiência do mundo não determina por si só os termos em que o mundo   compreendido. O que consideramos conhecimento do mundo não   um produto da indu o, ou da constru o e avalia o de hipóteses. A crescente crítica   concep o positivista-empirista do conhecimento afetou severamente a visão tradicional de que as teorias servem para refletir ou mapear a realidade de uma forma direta ou descontextualizada (cf. Feyerabend, 1976; Hanson, 1958; Kuhn, 1962/1970; Quine, 1960; Taylor, 1971). Como podem as categorias teóricas ser induzidas ou derivadas da observa o, nos perguntamos, se o processo de identifica o de atributos observáveis depende, ele próprio, das categorias que já possuímos? Como podem as categorias teóricas mapear ou refletir o mundo se cada defini o usada para conectar a categoria   observa o requer, ela própria uma defini o? Como podem as palavras mapear a realidade quando o uso das palavras   restrito pelo contexto ling stico? Como   possível determinar se teorias rivais se referem às mesmas entidades, sem referência a uma outra teoria não contida naquelas sob compara o? Se cada proposi o teórica depende para sua inteligibilidade de um conjunto de proposi es relacionadas, que aspecto da rede de proposi es pode ser questionado pela desconfirma o de uma simples proposi o? Estas e outras perguntas reveladoras têm permanecido sem respostas por muito tempo, e a falta de respostas tem deixado as ciências empíricas sem uma justificativa lógica viável (Weimer, 1979). Fazendo contraponto com essa crescente d mida há uma preocupa o cada vez mais intensa com os limites da compreensão dados pela convenço ling stica. A este respeito, as Investiga es

Filosóficas de Wittgenstein (1963) devem ser vistas como seminais. Ao se fazer perguntas como: onde o indivíduo sente pesar ou felicidade? pode uma pessoa ter um sentimento profundo num segundo? e, É possível descrever as características da esperança? Wittgenstein evidenciou o quanto o uso de predicados mentais está condicionado por convenções. Sua obra inspirou um conjunto impressionante de estudos filosóficos sobre os limites lingüísticos que governam o uso de conceitos tais como mente (Ryle, 1949), intenção (Anscombe, 1976), dados sensíveis (Austin, 1962b) e motivação (Peters, 1958). Tal investigação elucidou igualmente uma variedade de problemas importantes criados pela reificação da linguagem. De fato, muitos problemas clássicos tanto da psicologia quanto da filosofia parecem ser produto de confusões lingüísticas; tendo-se clareza sobre a natureza e funções da linguagem os problemas podem ser frequentemente decompostos. O construcionismo social tem-se nutrido no adubo desse descontentamento. Ele parte da vida radical em relação ao mundo dado por assente não seja nas ciências, seja na vida cotidiana e, de maneira especializada, atua como uma espécie de crítica social. O construcionismo nos pede para suspendermos a crença de que as categorias ou os entendimentos são garantidos pela observação. Convida-nos, portanto, a desafiar as bases objetivas do conhecimento convencional. Por exemplo, na investigação de Kessler e McKenna (1978) sobre a construção social de gênero, tenta-se romper com o fato aparentemente incorrigível de que existem dois gêneros. Ao se examinar os vários modos como diferentes culturas e grupos subculturais entendem o gênero, os referentes para os termos homem e mulher tornam-se obscuros. Abrem-se possibilidades para meios alternativos de compreensão das diferenças de gênero, ou para o completo abandono de tais distinções. No trabalho extensivo de Averill (1982) sobre as emoções, somos forçados a questionar o pressuposto de que a raiva seja um estado biológico do organismo, e convidados a considerá-la uma performance social historicamente contingente. Sarbin (1984) estendeu essa linha de pensamento ao conjunto inteiro dos termos emocionais. As emoções não são objetos existentes no mundo para serem estudados, especulou Sarbin; os termos emocionais adquirem sentido não de referentes do mundo-real, mas de seu contexto de uso. Críticas semelhantes a essas têm sido lançadas contra o caráter dado por assente do suicídio (Atkinson, 1977), das crenças (Needham, 1972), da esquizofrenia (Sarbin & Mancuso, 1980), do altruísmo (Gergen & Gergen, 1983), do distúrbio psicológico (Garfinkel, 1967), da infância (Kessen, 1979), da violência doméstica (Greenblat, 1983), da menopausa (McCrea, 1983), e das causas situacionais (Gergen & Gergen, 1982). Em cada caso se demonstrou que os critérios objetivos para identificar tais comportamentos, eventos ou entidades são altamente circunscritos pela cultura, pelo contexto social, ou simplesmente não existem.

2. Os termos com os quais entendemos o mundo são artefatos sociais, produtos historicamente situados de intercâmbios entre as pessoas. Do ponto de vista construcionista o processo de compreensão não é automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo,

cooperativo, de pessoas em relação. Sob este enfoque, a investigação é atraída às bases históricas e culturais das várias formas de construção do mundo. Por exemplo, a investigação histórica tem revelado amplas variações históricas no conceito de criança (Ariès, 1962), de amor romântico (Averill, 1985), de amor maternal (Badinter, 1980), e de self (Verhave & van Hoorn, 1984). Em cada um desses casos as construções da pessoa ou da relação passaram por mudanças significativas através do tempo. Em certos períodos a infância não era considerada uma fase especializada do desenvolvimento, o amor romântico ou o maternal não eram componentes da constituição humana, e o self não era visto como isolado ou autônomo. Tais mudanças de concepção não parecem refletir alterações nos objetos ou entidades às quais concernem, mas parecem estar localizadas em fatores historicamente contingentes. Estudos etnográficos chegam às mesmas conclusões. Os conceitos de processo psicológico diferem marcadamente de uma cultura para outra (ver o volume editado por Heelas & Lock, 1981). As descrições das emoções entre os Ifaluk (Lutz, 1982), da identidade entre os Trobriandeses (Lee, 1959), do conhecimento entre os Illongot (Rosaldo, 1980), e do self entre os Maori (Smith, 1981), todas elas servem com desafio à ontologia da mente na cultura ocidental contemporânea. Elas nos convidam a considerar as origens sociais das concepções dadas por assente sobre a mente não tais como a bifurcação entre razão e emoção, a existência de motivações e memórias, e o sistema simbólico que se cria subjacente à linguagem. Elas dirigem nossa atenção para as instituições sociais, morais, políticas e econômicas que sustentam e são apoiadas pelas premissas atuais sobre a atividade humana. A investigação construcionista dirigiu-se em seguida aos axiomas ou proposições fundamentais subjacentes às descrições das pessoas na sociedade atual (Davis & Todd, 1982; Gergen, 1984a; Ossario, 1978; Semin & Chesebrough, no prelo; Shotter & Burton, 1983; Smedslund, 1978). Primeiramente perguntamo-nos se os modelos populares de mente, dentro de uma cultura, necessariamente determinam ou restringem as conclusões a que chegam os profissionais. Como pode o psicólogo sair do entendimento cultural e continuar incompreendendo? Além disso, nos perguntamos, existem regras genéricas que governam as descrições das ações humanas a partir das quais se derivam as convenções comuns? Tal trabalho é de interesse especial na medida em que começa a delinear as possíveis restrições sobre o que a pesquisa psicológica pode falar. Se pudermos isolar as proposições e os pressupostos que cimentam os discursos sobre as pessoas, contaremos com uma base para entender o que a teoria psicológica deve dizer se quiser ser razoável ou comunicável.

3. O grau com que uma dada forma de entendimento prevalece ou se sustenta através do tempo não depende fundamentalmente da validade empírica da perspectiva em questão, mas das vicissitudes dos processos sociais (p.ex., comunicação, negociação, conflito, retórica). Como se propõe aqui, perspectivas, pontos de vista, ou descrições de pessoas podem ser mantidas sem que se leve em consideração as variações de sua conduta. Independentemente da estabilidade ou da repetição da conduta, perspectivas

podem ser abandonadas na medida em que sua inteligibilidade seja questionada dentro da comunidade de interlocutores. A observação das pessoas é, portanto, questionável como base de correção ou como guia para a descrição de pessoas. Ao contrário, as regras sobre o que conta como o quê são inerentemente ambíguas, em contínua evolução, e livres para variar de acordo com as práticas daqueles que as utilizam. Nessas bases, somos levados inclusive a questionar o conceito de verdade. Não será a principal utilidade do termo verdade ser um meio de garantir a própria posição e desacreditar os contadores por inteligibilidade (Gergen, 1984b)? Nessa mesma direção, Sabini e Silver (1982) demonstraram como as pessoas manejam a definição de moralidade nas relações. As possibilidades de um ato ser definido como inveja, flerte ou raiva, flutuam num oceano de trocas sociais. As interpretações podem ser sugeridas, afirmadas, ou abandonadas na medida em que as relações sociais se desdobram através do tempo. Mummendey e colegas (Mummendey, Bonewasser, Loschper & Linneweber, 1982) mostraram como se decide se um ato constitui uma agressão ou não. Assim, a agressão deixa de existir como um fato no mundo e se torna um recurso de rotulação para o controle social. Outros investigadores (cf. Cantor & Brown, 1981; Harré, 1981; Lalljee, 1981) discutiram os processos de negociação social subjacentes à atribuição de causalidade nas ações das pessoas. Em trabalho anterior sobre a identidade (Gergen, 1977) focalizamos as maneiras pelas quais a auto-definição se realinha ao longo do tempo, na medida em que se alteram as circunstâncias sociais. Os especialistas em comunicação Pearce e Cronen (1980) traçaram uma teoria geral para a negociação da realidade. Outros concentraram-se na família (Reiss, 1981) e na mídia (Adoni & Mane, 1984), e em como elas contribuem para as formas prevalentes de interpretação. Praticamente a mesma linha de pensamento tem sido crescentemente empregada por historiadores e sociólogos da ciência para entender a conduta científica. Por exemplo, Mendelsohn (1977) argumentou que as premissas epistemológicas da ciência moderna em grande medida desenvolveram como um meio de obter controle social. Bohme (1977) discutiu as regras informais usadas pelas comunidades científicas na determinação do que deve ser considerado como fatos. Pesquisadores como Latour e Woolgar (1979) e Knorr-Cetina (1981) conduziram observações participantes em laboratórios de ciências naturais não como se fossem antropólogos explorando costumes tribais. Como eles afirmam, o que se passa por fato puro nas ciências naturais depende tipicamente de um conjunto sutil, embora poderoso, de microprocessos sociais. De fato, o salto de uma epistemologia experimental para uma social (Campbell, 1969; Sullivan, 1984).

4. As formas de compreensão negociada são de uma importância crítica na vida social, na medida em que estão integralmente conectadas com muitas outras atividades das quais participam as pessoas. As descrições e explicações sobre o mundo constituem, elas próprias, formas de ação social. Assim sendo, estão entrelaçadas no amplo leque de outras atividades humanas. A abertura: "Oi, como vai?" é tipicamente acompanhada de uma gama de

expressões faciais, posturas corporais e movimentos sem os quais a expressão pareceria artificial, se não aberrante. Da mesma forma, descrições e explicações compõem uma parte integral de vários modelos sociais. Elas servem, portanto, para sustentar e apoiar certos padrões, e excluir outros. Alterar descrições e explicações é, portanto, desafiar certos padrões e propor outros. Construir pessoas de tal forma que elas possuam um pecado original é propor certas linhas de ação e não outras. Ou, tratar depressão, ansiedade ou medo como emoções das quais as pessoas sofrem involuntariamente tem implicações bem diferentes do que tratá-las como tendo sido escolhidas, selecionadas ou representadas num palco. É nessa mesma direção que muitos pesquisadores têm se ocupado das imagens ou metáforas das ações humanas que são prevalentemente empregadas no campo da psicologia. Debates têm sido levantados quanto às amplas consequências sociais de se ver as pessoas como máquinas (Shotter, 1975), como indivíduos autônomos (Sampson, 1977, 1983), ou como negociadores econômicos nas relações sociais (Wexler, 1983). Também se têm empreendido ataques contra os efeitos danosos para as crianças das construções predominantes sobre a mente infantil (Walkerdine, 1984), o sexismo implícito em investigações que assumem a superioridade de princípios universais na tomada de decisões morais (Gilligan, 1982), os efeitos de teorias sobre mecanismos cognitivos com sua implícita despreocupação para com as circunstâncias materiais da sociedade (Sampson, 1981), e os efeitos anômicos de avaliações psicológicas em organizações (Holway, 1984).

### **O construcionismo social numa perspectiva histórica**

A importância do movimento construcionista é melhor apreciada tendo a história ao fundo. Embora o tratamento completo dos antecedentes relevantes esteja além do alcance deste artigo, é útil entender o construcionismo em relação a duas tradições intelectuais rivais. Estas tradições podem ser amplamente identificadas em termos de orientações ou modelos básicos de conhecimento. Por um lado, pensadores como Locke, Hume, os Mills e vários empiristas lógicos do presente século localizaram a fonte do conhecimento (como representação mental) nos eventos do mundo real. O conhecimento copia (ou deveria idealmente copiar) os contornos do mundo. Esta perspectiva exógena (Gergen, 1982) tende, portanto, a ver o conhecimento como um produto da natureza. O conhecimento apropriado mapeia ou espelha o mundo real como ele é. Em contraste, filósofos como Spinoza, Kant, Nietzsche e vários fenomenologistas tenderam a adotar uma perspectiva endógena quanto às origens do conhecimento. Neste caso, o conhecimento depende de processos (algumas vezes considerados inatos) endógenos ao organismo. Diz-se que os humanos abrigam tendências inatas a pensar, categorizar, ou processar informação, e são essas tendências (antes do que as características do mundo em si mesmo) que são de importância capital na configuração do conhecimento.

A antinomia exógeno-endógeno tem também desempenhado um papel importante na história da teoria psicológica. Como eu delineei em outro lugar (Gergen, 1982),

os primeiros teóricos alemães tentaram, freqüentemente em vão, unir as duas perspectivas. A tentativa da pesquisa psicológica clássica de estabelecer uma relação precisa entre os mundos externo e interno não é mais do que um exemplo disso. Na medida em que a psicologia desenvolveu-se nos Estados Unidos, guiada tanto pela filosofia pragmatista como pela positivista, ela adquiriu um forte caráter exogênico. O behaviorismo (juntamente com o neo-behaviorismo) localizou (e continua localizando) os determinantes principais da atividade humana no ambiente. Para que o organismo se adapte com sucesso, alega-se, o seu conhecimento deve representar ou refletir adequadamente o meio ambiente. Até recentemente a perspectiva endogênica falhou em florescer em solo americano. Um punhado de psicólogos gestálticos, com sua ênfase nas tendências autóctones da organização perceptual, e um bravo grupo de fenomenologistas, virtualmente impediram que essa orientação percesse.

Ainda assim, nas últimas duas décadas temos testemunhado o que parece ser uma importante reversão de ênfase. A perspectiva endogênica retornou com força total com a roupagem de psicologia cognitiva. As sementes dessa evolução na psicologia social foram plantadas por Kurt Lewin, cujo interesse central no campo psicológico era essencialmente uma retomada do racionalismo continental. Nas mãos de seus estudantes esta ênfase se reinstituiu em conceitos como realidade social (em oposição à realidade física) (Festinger, 1954), processo de comparação social (Festinger, 1954), percepção motivada (Pepitone, 1949), e dissonância cognitiva (Festinger, 1957). A posição central desse trabalho na psicologia social serviu também para polir a sensibilidade de gerações subsequentes de pesquisadores. O interesse para com inferência lógica, modelos cognitivos, armazenamento e recuperação de informação, e heurística cognitiva, ampliaram a premissa lewiniana: a ação humana é criticamente dependente do processamento de informação, ou seja, no mundo como é conhecido, e não no mundo como é. É claro que esta mudança na ênfase explicativa ocorreu em grande medida também na psicologia em geral. Os contornos dessa evolução cognitiva são amplamente reconhecidos. Apesar disso, é minha opinião que apesar da riqueza de conceitualização e a profundidade de sua herança, a perspectiva endogênica ainda não atingiu um domínio completo e nem poder, em princípio. Há muito a se dizer a esse respeito mas, novamente, é necessário um breve esboço. Em primeiro lugar, o cognitivismo não superou ainda nem na psicologia social nem na psicologia em geral a perspectiva exogênica porque esta constitui a base meta-teórica da própria ciência. Vale dizer, a concepção contemporânea da ciência psicológica é um subproduto da filosofia empirista ou exogênica não comprometida como tem estado com a tarefa de gerar um conhecimento objetivo do mundo. O psicólogo experimental, portanto, propõe-se a usar métodos para estabelecer um conhecimento objetivo sobre os processos cognitivos. Na medida em que o pesquisador afirma ter atingido uma representação acurada do mundo (dando apoio, portanto, à perspectiva exogênica), contrapõe-se à opinião de que o mundo como é representado é mais importante do que o mundo em si mesmo. Ao buscar uma verdade objetiva (o que é verdadeiro independentemente da avaliação subjetiva), o pesquisador cognitivista denigre a importância dos mesmos processos que tenta elucidar. A base exogênica da atividade científica mina a validade das

teorias endogênicas que estão sob avaliação.

Parece que o cognitivismo tampouco poderá atingir a hegemonia no discurso psicológico. Essa tem sido uma história de disputas contínuas e não resolvidas entre pensadores exogênicos (ou empiristas, neste contexto) e endogênicos (racionalistas, idealistas, fenomenológicos). Essencialmente a história da filosofia do conhecimento pode ser amplamente escrita em termos de uma série contínua de movimentos pendulares. Temos testemunhado o conflito entre as formas puras do conhecimento de Platão versus o interesse de Aristóteles pelo papel da experiência sensorial; entre a autoridade atribuída por Bacon, Locke e Hume à experiência versus as capacidades racionais atribuídas à mente por Descartes, Spinoza e Kant; entre a ênfase colocada por Schopenhauer e Nietzsche na vontade e na paixão na geração do conhecimento, e as tentativas dos positivistas lógicos de basear todo conhecimento em dados observáveis. O que poderia evitar a mesma trajetória histórica na psicologia? Temos assistido muito recentemente a uma mudança na revolução cognitiva da perspectiva exogênica para a endogênica. Na medida em que as imperfeições inerentes ao cognitivismo continuam sendo reveladas nos futuros trabalhos psicológicos, podemos antecipar novamente o retorno de alguma espécie (devidamente esclarecida) de ambientalismo? (A teoria gibsoniana do provimento [Gibsonian affordance theory] [Gibson, 1979] pode já estar pressagiando o novo turno.) Tais problemas seguramente surgirão. Por exemplo, quando o cognitivismo é estendido às suas conclusões naturais converte-se num infeliz e inaceitável solipsismo. Além disso, o cognitivismo permanece perenemente incapaz de resolver problemas espinhosos tais como a origem das idéias ou dos conceitos e a forma como as cognições influenciam o comportamento (cf. Gergen, 1985). Restam por ser elaboradas explicações convincentes de como as cognições poderiam tanto ser reconstruídas a partir da experiência como ser geneticamente programadas. Tampouco as teorias têm sido capazes de resolver o dilema cartesiano de explicar como a matéria mental pode influenciar ou ditar diferentes movimentos corporais. É contra esse fundo que se pode observar a emergência do construcionismo social. Ao invés de uma vez mais retomar o movimento de pêndulo, o desafio (para muitos) tem sido transcender o dualismo tradicional sujeito-objeto e todos os problemas que lhes são concomitantes (cf. Rorty, 1979) e desenvolver uma nova estrutura de análise baseada numa teoria alternativa (não empirista) do funcionamento e dos potenciais da ciência. Este movimento inicia-se efetivamente quando se questiona o conceito de conhecimento como representação mental. Dado o miríade de situações insolúveis a que tal conceito dá margem, somos levados a considerar o que se toma por conhecimento nos assuntos humanos. Há pelo menos um candidato majoritário, que é representado pela interpretação lingüística. Geralmente tomamos por conhecimento aquilo que é representado em proposições lingüísticas não arquivado em livros, revistas, disquetes, etc. Estas interpretações, para continuar um tema anterior, são constituintes de práticas sociais. Desde esta perspectiva, o conhecimento não é algo que as pessoas possuem em algum lugar dentro da cabeça, mas sim algo que as pessoas fazem juntas. As linguagens são essencialmente atividades compartilhadas. De fato, até que os sons ou sinais cheguem a ser compartilhados no interior de uma comunidade, é desapropriado falar-se em linguagem. Com efeito, podemos encerrar

a investiga o sobre a base psicológica da linguagem (cuja descri o constituiria nada mais do que um subtexto ou linguagem em miniatura) e nos focalizar no uso pr-tico da linguagem nos assuntos humanos. Como vimos, an-lises de tipo construcionista social têm sido dedicadas a t picos tão amplos quanto g nero, agressão, mente, causalidade, pessoa, self, criança, motiva o, emo o, moralidade, e assim por diante. A preocupa o tem sido tipicamente com as formas de linguagem que permeiam a sociedade, os meios pelos quais são negociadas, e suas implica es para outras gamas de atividades sociais. Os psicólogos sociais começam a se unir nesses esforços, assim como com um novo conjunto de disciplinas. Ao contr-rio de buscar o parentesco com as ciências naturais e a psicologia experimental, uma afinidade rapidamente se faz sentir com uma gama do que podem ser denominadas de disciplinas interpretativas, ou seja, disciplinas preocupadas principalmente em dar conta dos sistemas humanos de significado (cf. Rabinow & Sullivan, 1979). Num nível mais imediato, a investiga o construcionista social est- unida ao trabalho etno-metodológico (cf. Garfinkel, 1967; Psathas, 1979) com ênfase nos métodos empregados pelas pessoas para dar sentido ao mundo, e a muita an-lise dramatúrgica (cf. Goffman, 1959; Sarbin & Scheibe, 1983) com seu foco na utiliza o estratégica da conduta social. Da mesma forma, tornam-se relevantes os tratamentos dados às bases sociais do conhecimento científico, incluindo a história e sociologia do conhecimento (Knorr, Krohn & Whitley, 1981; Knorr-Cetina & Mulkay, 1983). A investiga o antropológica adquire um novo interesse para a psicologia. De especial interesse são os trabalhos dos antropólogos sociais sobre a constru o do mundo, e inclusive das pessoas, desenvolvidos em culturas não ocidentais (cf. Geertz, 1973; Shweder & Miller, 1985). De modo semelhante, a psicologia ganha uma dimensão temporal na medida em que sua an-lise torna-se articulada com a pesquisa histórica   maneira construcionista (Nowell-Smith, 1977; White, 1978). Além disso, a psicologia pode beneficiar-se muito ao se abrir a considera es da an-lise liter-ria, inclusive dos aportes sobre met-foras (Lakoff & Johnson, 1980), narratologia (Genette, 1980), e desconstru o de significados (Culler, 1982). Esses trabalhos demonstram as formas como as figuras ou estilos ling,  sticos servem para organizar e orientar as tentativas de  descrever  a realidade.

### **O construcionismo e a problem-tica da explica o psicológica**

Até aqui temos considerado as premissas b-sicas da orienta o construcionista, juntamente com suas raízes históricas e sua emergência contempor'nea. Resta-nos agora tratar das conseq,  ncias do construcionismo para o car-ter da investiga o psicológica assim como para a natureza da ciência em geral. Em rela o   psicologia as conseq,  ncias são de longo alcance, e serão necess-rios muitos anos antes que sejam totalmente exploradas. Para avaliar os argumentos em questão, considere a an-lise construcionista t pica dos processos ou mecanismos psicológicos. Nas mãos de Averill (1982) o conceito de raiva   drasticamente dissociado da fisiologia determinística e torna-se uma forma de papel social; raiva, como um termo, não se refere portanto a um estado mental, mas constitui ela mesma parte do papel social. Numa an-lise correlata (Mills, 1940), o questionamento   direcionado ao conceito de motiva o como o poder prim-rio capaz de colocar as pessoas em a o, e o foco

muda para as conversas das pessoas sobre seus motivos e suas implicações sociais. A mente (Coulter, 1979) torna-se uma forma de mito social; o conceito de si mesmo (Gergen, 1985) é removido da cabeça e localizado no interior da esfera do discurso social. Em cada um desses casos, portanto, o que tem sido tomado por diferentes segmentos da profissão como fatos sobre a natureza do universo psicológico fica em suspensão; cada conceito (emoção, motivo, etc.) é recortado de uma base ontológica no interior da cabeça e se torna um constituinte do processo social. De acordo com as últimas análises de Wittgenstein (1963), deixamos de ver os predicados mentais como possuidores de uma relação sintática com o mundo dos eventos mentais; ao contrário, como Austin (1962a) e outros pós-wittgensteinianos propuseram, tais termos estão valorizados em termos das práticas sociais nas quais eles funcionam. Nessa perspectiva, então, toda teoria psicológica e o conjunto de conceitos que formam a base das pesquisas tornam-se problemáticos como potenciais refletores de uma realidade interna e se tornam, eles próprios, matéria de interesse analítico. Os consensos profissionais passam a ser suspeitos; as crenças normalizadas convertem-se em alvos de desmistificação; a verdade sobre a vida mental se apresenta como curiosa. Ou, numa perspectiva levemente diferente, as visões contemporâneas da profissão em questões como cognição, motivação, percepção, processamento de informação, e assim por diante, tornam-se candidatas à comparação histórica e transcultural. Desde a perspectiva construcionista elas freqüentemente constituem uma forma de etnopsicologia, situada historicamente e culturalmente, até institucionalmente, sustentada normativamente, e sujeita à deterioração e decadência com o transcorrer da história. Como está claro, o construcionismo inevitavelmente encontrará resistências dentro da psicologia em geral. Ele se constitui num desafio potencial às premissas tradicionais do conhecimento; a pesquisa psicológica é ela própria colocada na desconfortável posição de um objeto de pesquisa. Todavia, para o analista social a mudança é de grandes proporções. A investigação social já não se defronta com a ameaça de se tornar um empreendimento secundário não meramente elaborando as implicações sociais de processos psicológicos mais fundamentais. Ao contrário, o que se toma como processo psicológico em última instância passa a ser um derivativo de trocas sociais. O locus explicativo da ação humana muda da região interior da mente para os processos e estruturas de interação humana. A pergunta por quê? não é respondida com um estado ou processo psicológico mas se levando em consideração as pessoas em relação. Poucos estão preparados para um deslocamento conceitual tão violento. Não obstante, para os inovadores, aventureiros e as pessoas flexíveis, os horizontes são de fato emocionantes.

### **O construcionismo e o caráter da ciência.**

Apesar de que muitos acharão difícil abandonar o uso de mecanismos, estruturas e processos psicológicos como importantes veículos explicativos, essa perda pode ser acompanhada de um desafio de consequências ainda maiores. O desafio é essencialmente o de lidar com uma nova concepção de conhecimento. Podemos avaliar este aspecto quando consideramos o fato de que os problemas inerentes a ambas as orientações endógena e exógena estão igualmente arraigados na concepção

contemporânea de conhecimento científico, e de sua aquisição. Em particular, as premissas empiristas, que constituem o fundamento subjacente da pesquisa em psicologia (e virtualmente de toda a ciência contemporânea), são derivadas principalmente da tradição intelectual exógena. Essa orientação, com sua ênfase no conhecimento como uma representação interna do estado da natureza, é manifestamente explícita na tentativa tradicional de firmar o conhecimento científico através de processos de verificação e falsificação empíricas. Entretanto, se o construcionismo quer transcender a antinomia exógeno-endógeno, e o interminável conflito que ela tem gerado até agora, tem que evitar também a explicação empirista do conhecimento científico. Ao abandonar a dicotomia sujeito-objeto, central ao debate disciplinar, deve também desafiar o dualismo como a base da teoria do conhecimento científico.

O que se confronta, portanto, é a tradicional concepção ocidental de um conhecimento objetivo, individualista e ahistórico — uma concepção que se insinuou em virtualmente todos os aspectos da vida institucional moderna. Na medida em que essa visão é cada vez mais questionada deve-se avaliar a possibilidade de se moldar uma metateoria científica alternativa, baseada nas premissas construcionistas. Tal metateoria poder deslocar o conhecimento dos domínios condicionados pelos dados empíricos e/ou dependentes cognitivamente deles, e depositá-lo nas mãos das pessoas em relação. Nessa perspectiva, a formulação científica não resultaria de uma aplicação impessoal de regras metodológicas descontextualizadas, mas da responsabilidade de pessoas em intercâmbio ativo e compartilhado. Em outros trabalhos, o perfil dessa metateoria emergente têm sido referido como sociorracionalista (Gergen, 1982; Gergen & Morawski, 1980). Desde esse ponto de vista, o locus da racionalidade científica não se encontra nas mentes de pessoas independentes, mas no interior do agregado social. O que é racional é o resultado da inteligibilidade negociada. O desenvolvimento ulterior dessa metateoria deveria ser de uma alta prioridade para os pensadores sociais. Assim, se o caráter do processo sociorracionalista estiver entre as preocupações centrais do investigador social, a importante tarefa de entender a geração e a evolução do conhecimento tocar principalmente aos estudiosos do campo social. Muito da investigação filosófica — inclusive da filosofia da ciência — torna-se, portanto, sujeita à análise construcionista social. Os filósofos da ciência estão, em certa medida, conscientes dessa perspectiva. Nos últimos anos a investigação filosófica tem diminuído. A confiança nas premissas empiristas tem erodido de forma importante, e não há um contendor evidente no horizonte (Bernstein, 1978). Tal investigação tem sido gradativamente substituída pela análise histórica. O tratado seminal de Kuhn (1962/1970) sobre as revoluções no conhecimento científico é essencialmente um descrição histórica, e muito da discussão subsequente sobre a racionalidade e o progresso em ciência tem procedido principalmente de bases históricas e não filosóficas. Essa história é essencialmente social, e sua elaboração requer uma grande atenção aos processos de intercâmbio humano. Falta, entretanto, aos analistas sociais em geral, que tomem consciência da posição central que podem legitimamente ocupar.

Até agora as pensadoras feministas tem estado entre os que mais agudamente se deram conta de tais possibilidades. Para as feministas, a orientação empirista não tem sido, em geral, uma perspectiva simpática na medida em que advoga a manipulação, supressão e alienação daqueles a que propõe entender (Jager, 1983). Além disso, desde a perspectiva feminista, a ciência empírica tem sido frequentemente empregada por homens para construir visões das mulheres que contribuem para sua subjugação (Bleir, 1984; Weisstein, 1971). Tanto o processo quanto os produtos da ciência empírica têm, portanto, estado sob assalto. Como resultado, muitas feministas buscaram formas alternativas de entendimento não tanto da ciência quanto dos outros seres humanos. O construcionismo tem sido uma alternativa atraente por causa de sua ênfase nas bases sociais do conhecimento, seus processos de interpretação, e sua preocupação com os fundamentos valorativos das descrições científicas. As feministas têm sido, portanto, pioneiras no emprego de estratégias interpretativas de pesquisa (Acker, Barry & Essveld, 1983; Bowles, 1984), documentando a construção científica de gênero (Morawski, no prelo), demonstrando os usos pragmáticos da investigação construcionista (Sassen, 1980), e explorando os fundamentos da metateoria construcionista (Unger, 1983).

Não obstante, a possibilidade de uma teoria alternativa do conhecimento dificilmente pode pretender ser de amplo interesse. São profundos os investimentos feitos, e o senso de segurança proporcionado, pelas tradições duradouras. Pode-se antecipar profundas desconfianças no interior desses círculos no que tange aos critérios de conhecimento e ao respectivo problema da metodologia apropriada. O empirismo tradicional sustenta que a experiência é a pedra angular da objetividade; as hipóteses devem ser confirmadas ou confrontadas em virtude dos dados sensíveis. Não obstante, desde o ponto de vista construcionista, ambos os conceitos de experiência e de dados sensíveis estão colocados em questão. De que fundamentos eles retiram suas garantias de verdade? Não são os chamados informes de experiência própria construções lingüísticas orientadas e modeladas pelas convenções do discurso historicamente contingentes? Apesar disso, ainda que lançando dúvidas sobre o processo de garantia objetiva, o construcionismo não oferece nenhum critério alternativo de verdade. As descrições de construções sociais não podem ser elas próprias garantidas empiricamente. Se devidamente realizadas, tais descrições podem permitir que se escape dos limites daquilo que é tomado por assente. Elas podem emancipar a pessoa das demandas da convenção. Entretanto, o sucesso de tais descrições depende primariamente da capacidade do analista de convidar, compelir, estimular, ou deleitar a audiência, e não de critérios de veracidade. Requerem-se, portanto, critérios alternativos para avaliar as exigências do conhecimento não critérios que possam razoavelmente levar em consideração as necessidades dos sistemas de inteligibilidade, as limitações inerentes às construções existentes, juntamente com um leque de considerações políticas, morais, estéticas e práticas. Pelo mesmo motivo o construcionismo social não oferece à verdade através do método. As ciências têm estado, em grande medida, encantadas pelo mito de que a aplicação assídua de um método rigoroso pode produzir fatos incontestáveis não como se o método empírico fosse algum tipo de moedor de carne no qual se produziria a verdade como salsichas. Não obstante, como têm mostrado analistas como Quine, Taylor, Hanson e

Feyerabend, tal encantamento tem um mérito duvidoso. A segurança previamente existente encontra-se sem fundamento seguro. Para alguém que busque tal segurança o construcionismo social dificilmente será palatável. Isso não implica, porém, que o construcionismo descarte os métodos investigativos. Seja tornando inteligível a conduta de organismos, seja desmistificando as formas existentes de entendimento, os métodos de pesquisa podem ser utilizados para produzir objetificações ou ilustrações capazes de proporcionarem consequências pragmáticas em nosso trabalho. Neste sentido poderia-se pensar que virtualmente qualquer metodologia pode ser empregada, desde que possibilite ao analista desenvolver um argumento mais convincente. Embora alguns métodos possam ser atraentes para grandes amostragens, outros podem atrair por causa de sua pureza, sua sensibilidade aos nuances, ou sua habilidade para questionar em profundidade. Tais vantagens, entretanto, não aumentam a validade objetiva das resultantes construções. Não obstante, como vívidas fotografias ou brilhantes vinhetas extraídas da vida cotidiana, quando bem elaborados eles podem adicionar um poder vital à pena.

Outros podem recusar a orientação construcionista por aquilo que parece ser seu relativismo desenfreado. Não obstante, como vimos, as tentativas de justificar os fundamentos objetivos do conhecimento ainda estão a nos dever razões para otimismo. Podemos muito bem argumentar que o alegado acesso dos cientistas a um conhecimento privilegiado tem servido com um instrumento mistificador dentro da sociedade em geral. O construcionismo não oferece regras fundamentais de garantia e neste sentido é relativista. Entretanto, isso não significa que vale tudo. Por causa da dependência inerente dos sistemas de conhecimento em comunidades de inteligibilidade compartilhada, a atividade científica será sempre em grande medida governada por regras normativas. Entretanto, o construcionismo convida os praticantes a verem estas regras situadas historicamente e culturalmente não sujeitas, portanto, à crítica e à transformação. Pode haver estabilidade do conhecimento sem o embrutecimento do fundacionalismo. Além disso, ao contrário do relativismo moral da tradição empirista, o construcionismo reafirma a relevância dos critérios morais para a prática científica. Na medida em que a teoria psicológica (e as respectivas práticas) invade a vida da cultura, apoiando alguns padrões de conduta e destruindo outros, tal trabalho deve ser avaliado em termos de bem ou mal. O profissional não pode justificar qualquer conclusão socialmente repreensível em termos de que é vítima dos fatos; ele ou ela devem confrontar as implicações pragmáticas de suas conclusões dentro da sociedade em geral. Se aceitarmos o desafio de desenvolver uma metateoria alternativa, uma variedade de mudanças interessantes podem ser antecipadas no caráter da vida profissional. O problema de forjar uma descrição precisa da gênese social do conhecimento não é insequente. Novas ferramentas teóricas são necessárias não conceitos que se encontram entre os problemáticos domínios explanatórios da psicologia e da sociologia. As funções da linguagem, tanto como sistema de referência quanto como forma de participação social, têm que ser elaboradas. Temos que prover uma visão geral das dimensões sociais da ciência natural, da ciência social, e da filosofia. A demarcação (se alguma existe) entre ciência e não-ciência deve ser cuidadosamente examinada. Deve ser avaliada a extensão em que as descrições científicas precisam ser corrigidas ou modificadas (se

È que precisam) através da observação. De fato, um leque de difíceis problemas deve ser confrontado, problemas que são essencialmente conceituais, antes que empíricos. Para tais tarefas È essencial o diálogo entre psicólogos e colegas de mesma mentalidade em sociologia, antropologia, história, filosofia e estudos literários. Se esse diálogo ocorrer, È razoável que antecipemos o desenvolvimento de novos pontos de partida teóricos, de uma metateoria para uma nova concepção de ciência, e de uma renovação geral dos recursos intelectuais.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

\* Este artigo È uma elaboração sobre uma palestra a convite das Divisões 8 e 24, realizada no encontro anual da American Psychological Association, Anaheim, Califórnia, setembro de 1983. (Publicado originalmente em *American Psychologist*, 40(3):266-275, março de 1985.)

\*\* Professor do Departamento de Psicologia do Swarthmore College, Swarthmore, Pennsylvania, eua.

- Embora também o termo construtivismo seja utilizado para se referir ao mesmo movimento (cf. Watzlawick, 1984), este termo È usado também para se referir à teoria Piagetiana, a uma forma de teoria perceptual, e a um importante movimento artístico do século xx. O termo construcionismo evita essas confusões e permite que se mantenha o vínculo com a obra seminal de Berger e Luckmann (1966), *A Construção Social da Realidade*.
- Ao se mudar a ênfase, muitas das pesquisas cognitivas tornam-se relevantes para os propósitos construcionistas. Pesquisas sobre protótipos sociais e a subjacente teoria da personalidade, modelos atribucionais, o conceito de inteligência, e assim por diante, não nos informam, desde o ponto de vista atual, sobre outro mundo não ou seja, um mundo interno, cognitivo. Antes, elas podem elucidar a natureza do discurso social e, portanto, levantar questões interessantes sobre a função de tais termos na vida científica e social.
- Tem-se gerado um interesse recente numa alternativa à realista e metateoria empirista (Bhaskar, 1978; Manicas & Secord, 1983). Entretanto, apesar de oposta às bases da explicação científica de Hume, a filosofia realista compartilha com o empirismo um leque de premissas fundamentais. Ela está sujeita à maioria das críticas lançadas contra o empirismo.